

Integração política da América Latina



Organizador do recém-lançado "Novas lideranças políticas e alternativas de governo na América do Sul" (Unesp), o professor da Unesp Luis Fernando Ayerbe diz que falta rigor analítico a quem classifica como populistas os governos de Hugo Chávez, Evo Morales, Rafael Correa (ao lado, com o presidente Lula, durante encontro em Manaus em 30-09- 2008/Foto AP) e do casal Kirchner. Vencedor do Prêmio Casa de Las Americas em 2001 com o livro "Estados Unidos-América Latina" (Unesp), Ayerbe discute nessa entrevista o que separa e aproxima os atuais governantes latino-americanos, e reflete sobre as possibilidades reais de integração da região.

Hugo Chávez, Evo Morales, Rafael Correa e o casal Kirchner são muitas vezes descritos como reedições de uma velha figura da política latino-americana, a dos populistas de inspiração caudilhesca. Essa caracterização é correta? Ou existe algo de novo no governo e na conduta desses políticos?

Alguns autores, como o mexicano Jorge Castañeda, trabalham com a caracterização desses governos como populistas, basicamente a partir da idéia de que buscam concentrar poder, especialmente através da expansão do controle do Estado sobre setores chave da economia, adotando práticas autoritárias mascaradas por uma retórica que enaltece o povo e estigmatiza o imperialismo. Dessa forma, estariam seguindo a trilha de Juan Domingo Perón, Getulio Vargas, Lázaro Cárdenas, Victor Paz Estenssoro e Juan Velasco Alvarado. Da minha perspectiva, o termo populismo, embora de uso comum e frequente, carece de rigor analítico. Além de remeter a realidades dificilmente comparáveis como a Rússia e os Estados Unidos da segunda metade do século XIX, a América Latina das décadas de 1940-60 ou do início do século XXI, a caracterização dos elementos que seriam típicos do fenômeno é por demais diversa e heterogênea. Mais do que um retorno do "populismo latino-americano", assistimos a um fenômeno não restrito à região, em que a política assume uma variedade de discursos cujo grau de indeterminação é proporcional aos impactos locais de processos globais de origem cada vez mais dispersa e velocidade crescente. Paralelamente às carências estruturais que afetam os setores populares, a desestabilização de uma realidade percebida como estável tende a gerar novas demandas, acompanhadas da construção de identidades e lideranças. Dependendo da capacidade de

absorção das reivindicações dos atores emergentes por parte do sistema político e econômico, poderá haver um processo de ruptura e o surgimento de novas lideranças, ou um fortalecimento da sua legitimidade pela ampliação das bases de apoio. É a partir desta perspectiva que me parece possível responder à segunda questão, sobre as diferenças entre os governos da Venezuela, Bolívia, Equador e Argentina.

Fala-se muito nas semelhanças entre esses governos. Mas há entre eles diferenças importantes? Quais são?

As quatro experiências têm em comum sua origem em graves crises de governabilidade. A Argentina sai de um conflito interno de amplas proporções a partir do colapso financeiro que levou à renúncia do presidente De la Rúa em 2001. Os presidentes Eduardo Duhalde, nomeado pelo Congresso, e Néstor Kirchner, eleito em 2003, encaminham um processo de normalização institucional, recolocando o Partido Justicialista no centro da política nacional. Diferentemente da Argentina, na Bolívia, Equador e Venezuela, os processos expressam a emergência de novas forças políticas que uma vez no poder convocam assembléias constituintes com objetivos fundacionais. Na Bolívia, a renúncia de Sánchez de Lozada em 2003, após uma forte reação popular contra o anúncio da concessão a empresas estrangeiras da produção e exportação de gás natural, abriu um processo de instabilidade e radicalização que conduziu à eleição de Evo Morales, ex-deputado pelo Movimento ao Socialismo e importante liderança dos camponeses indígenas plantadores de coca. No Equador, as crises de governabilidade são mais antigas e recorrentes. Em novembro de 2002, é eleito presidente o coronel Lúcio Gutiérrez, um dos líderes da rebelião popular que provocou a renúncia de Jamil Mahuad em 2000. Em abril de 2005, por maioria simples, o parlamento equatoriano decide a destituição de Gutiérrez, reiniciando o ciclo de instabilidade institucional e de polarização política que marca fortemente as eleições de novembro de 2006, em que o ex-ministro de economia Rafael Correa derrota Álvaro Noboa, candidato próximo dos setores conservadores. Um aspecto em comum destes dois países é a forte presença das reivindicações indígenas, embora no caso da Bolívia há implicações em termos de mudanças na estrutura de poder mais profundas do que no Equador. Na Venezuela, esse componente indígena é menos visível, havendo uma maior proximidade com a esquerda das revoluções sociais do século XX. A partir da ascensão de Hugo Chávez, eleito presidente pela primeira vez em 1998, e reeleito com 62,9% dos votos em dezembro de 2006, o executivo venezuelano passa a propor mudanças estruturais mais profundas, sob a bandeira do "socialismo do século XXI".

Quais são hoje os principais entraves ao funcionamento efetivo de iniciativas de integração entre os países da região?

Integração implica, por parte dos países envolvidos, um certo grau de cessão de autonomia e de convergência de interesses. O grande entrave neste momento é compatibilizar os objetivos nacionais que pautam as relações exteriores dos Estados com políticas de alcance regional. Vejo convergências na América do Sul em temas relacionados com infraestrutura de transportes, comunicações, ao lado de divergências na visão do papel do Estado na exploração de recursos naturais considerados estratégicos (Brasil e Argentina, num lado, Bolívia, Equador, Venezuela no outro), dimensionamento diverso do protagonismo regional e internacional, além de valorizações distintas sobre o grau de conflitividade aceitável nas relações com Estados Unidos (diferenças que separam Brasil e Venezuela).

Economicamente, como têm se saído até o momento as tentativas latino-americanas de construção de políticas alternativas ao chamado consenso de Washington?

Até o momento, esses processos coincidiram com um momento internacional favorável para os principais produtos da pauta de exportações. Por outro lado, se bem há uma estratégia de ampliação dos poderes do Estado no âmbito da economia, não se verifica uma ruptura radical com as tendências que marcaram as décadas de 1980 e 1990, associadas ao chamado "consenso de Washington". Um aspecto a levar em conta é a mudança do clima internacional. Na medida em que os governos de Argentina, Bolívia, Equador, Venezuela (e Brasil) geram forte expectativa nos setores populares sobre a melhoria estrutural da sua inserção nas respectivas sociedades, a reversão do quadro positivo na economia poderá alimentar novas crises de governabilidade. Junto com a defesa da autonomia, da democracia e do desenvolvimento com equidade social, vem o desafio de transformar efetivamente o perfil socioeconômico da região. Caso contrário estará se assistindo a uma versão contemporânea dos ciclos de desarranjos, ajustes e promessas redentoras que, de tempos em tempos, confirmam uma previsível e problemática normalidade latino-americana.